

**A queda de reservas agrava-se e, por isso, o governo toma medidas para reduzir a remessa de moedas para o Exterior, contendo até as importações.**

## **A perspectiva de uma 192 Supermercados pedem a extinção do tabelamento**

Enquanto o assessor do Ministério da Fazenda para Assuntos Empresariais, Paulo Francini, recebia ontem em São Paulo cerca de 40 pequenos e médios empresários do setor de supermercados, que foram reivindicar o descongelamento e a extinção do tabelamento de preços, a Associação Brasileira dos Supermercados (Abas) divulga nota manifestando-se contra o aumento linear de 25%, pretendido pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

Em documento entregue a Francini e dirigido ao ministro da Fazenda, Dílson Funaro, com a assinatura do presidente da União Regional dos Supermercadistas Independentes (Ursi), Paulo Taba, os pequenos e médios supermercadistas pediram além da liberação dos preços, uma linha especial de crédito para financiar o seu capital de giro, hoje sufocado com juros de 15% ao mês, segundo afirmam.

Trata-se de supermercados responsáveis pelo abastecimento de 70% da população da periferia da Grande São Paulo e que, segundo Taba, estão à beira da insolvência. Isto porque depois de "termos sido qualificados como vilões da inflação", em seguida à edição do Cruzado, "passamos a viver a incompatibilidade entre os preços tabelados de muitos produtos e seus custos de aquisição". Com isso, a rentabilidade dos pequenos e médios estabelecimentos foi afetada.

Ao definir sua posição, a Abas diz que o aumento linear de 25%, manteria as distorções e desequilíbrios já existentes.

A Abas tem muitas dúvidas sobre a viabilidade do realinhamento linear e pergunta: no cômputo do aumento de 25%, que tratamento se daria aos descontos negociados entre o comércio e a indústria, em março de 1986, para permitir o congelamento/tabelamento no varejo, já que os preços do comércio eram mais baixos do que os da indústria?

Ao mesmo tempo, a Abas quer saber que tratamento seria dado aos valores embutidos nas tabelas por conta da injeção futura e que foram reduzidos ao comércio. Isso porque ambos já foram eliminados por quase todas as empresas industriais.

Outra dúvida da Abas: como ficariam as condições de compra do comércio à indústria? A entidade acha impraticável a permanência das "inovações" pós-Cruzado, como o corte dos prazos de pagamento e dos descontos, preços Fob em vez de Cif e cobrança de taxas financeiras. E quer saber também se os produtos que já tiveram seus preços aumentados em até 170%, após 28.02.87, teriam redução de preço e qual o tratamento para os produtos, inclusive matérias-primas, com aumentos já autorizados pelo CIP em níveis superiores a 25%.